

2.4. PORTUGAL: O ESTADO NOVO

1 - O Triunfo das Forças Conservadoras com o Estado Novo

* A **28 de Maio de 1926** dá-se um golpe de Estado dirigido pelo General Gomes da Costa que põe fim à I República.

Não encontrou grande oposição. Pelo contrário, reuniu em torno de si um grande consenso, beneficiando do apoio de grupos como os grandes proprietários e capitalistas, a classe média, intelectuais de direita, o Exército, a Igreja Católica, monárquicos, grupos que contestavam cada vez mais o estado de degradação do regime republicano.

Depois do Golpe de 28 de Maio de 1926, a agitação política continuava. Os governos sucediam-se. A 9 de Julho, dá-se um novo golpe, dirigido por **Óscar Carmona**, que instala a Ditadura Militar.

* **A Ditadura Militar** impõe a censura e suprime as liberdades individuais, não conseguindo porém resolver a situação financeira, cada vez mais grave.

Em 1928, **Carmona** é eleito Presidente da República e convida **António de Oliveira Salazar** (professor da Universidade de Coimbra) para Ministro das Finanças. Este aceita o cargo, com a condição de que nenhuma despesa pública seja aprovada sem o seu consentimento.

* Salazar consegue resolver a situação financeira e ascende à **Presidência do Conselho de Ministros** em 1932. Assume, então, a chefia do Governo e forma um novo Ministério constituído por civis.

Começa então a delinear-se uma nova ordem, baseada num Estado forte, acima das lutas partidárias e do Parlamentarismo.

A partir de **1930**, uma série de diplomas e organismos vão fazer surgir o **ESTADO NOVO** (termo que o regime atribui a si próprio):

1 - União Nacional (1930) - Foi concebida não como um partido, mas sim como um movimento que congregava todos os portugueses. Para Salazar era uma originalidade portuguesa, pois servia como elo de ligação e não de desunião. Na prática comportou-se como um partido único, tal como nos outros Estados totalitários, pois toda a oposição foi proibida. Congregava todas as forças conservadoras.

2 - Acto Colonial (1930) que estabelecia Portugal como um Estado pluricontinental, considerando as colónias como parte integrante e inalienável do território nacional.

3 - Constituição de 1933:

Poder Legislativo - Assembleia Nacional e Governo através de decretos-lei (Presidente do Conselho de Ministros e Conselho de Ministros);

Poder Executivo - Presidente da República e Governo (Presidente do Conselho de Ministros e Conselho de Ministros);

Poder Judicial - Tribunais;

Poder Consultivo - Câmara Corporativa.

Não era uma constituição totalmente anti-democrática, uma vez que se baseava na separação dos poderes, mas foi usada anti-democraticamente pois o poder executivo sobrepunha-se ao legislativo, uma vez que o Governo acumulava os dois e o Presidente da República era completamente independente da Assembleia.

A **Assembleia Nacional**, eleita por sufrágio directo, mas apenas a partir da lista única da União Nacional, só funcionava durante 3 meses, o que fazia com que o Presidente do Conselho de Ministros pudesse legislar no restante período, através de decretos-lei.

A Constituição previa, ainda, os direitos individuais dos cidadãos como, por exemplo, a liberdade de expressão e de associação, mas depois impedia-os através de leis especiais (imposição da censura, por exemplo).

4 - Estatuto do Trabalho Nacional (1933) - estipulava que os trabalhadores se deveriam organizar em sindicatos nacionais e os patrões em grémios, negociando entre si os contratos colectivos de trabalho. Este Estatuto transformava o Estado português num Estado Corporativo, inspirando-se no modelo italiano.

5 - P.V.D.E. / P.I.D.E (1933) - polícia política que perseguia, prendia, torturava e até assassinava os opositores ao regime.

6 - Legião Portuguesa (1936) - foi criada, inicialmente, como uma milícia popular paramilitar com o objectivo de lutar contra o comunismo, mas nunca se transformou numa tropa de choque ao serviço do regime. Daí não poder ser comparável, no que respeita à violência, nem às "camisas negras" italianas, nem às S.S. alemães.

7 - Mocidade Portuguesa (1936) - enquadrava toda a juventude escolar, desde a escola primária à universidade. A sua inscrição era

obrigatória para os estudantes dos ensinos primário e secundário. Destinava-se a ideologizar a juventude, inculcando-lhe valores nacionalistas e conservadores. Usavam uniformes e adoptaram a saudação romana.

Visava estimular nos jovens valores como a devoção à Pátria, o respeito pela ordem e disciplina e o culto do dever militar. Às raparigas procurava ensinar práticas que pudessem fazer delas boas mães, boas esposas e boas donas de casa.

2 - A Ideologia e Prática do Estado Novo

A Constituição de 1933 e os discursos de Salazar definiam o novo regime como autoritário, dirigista, anti-liberal, anti-parlamentar, anti-marxista, nacionalista, colonial e corporativo.

O Estado Novo definia-se como:

1 - Anti-liberal, anti-democrático e anti-parlamentar

Salazar recusava a soberania popular, a existência de partidos políticos, defendendo um Estado forte acima das lutas partidárias e do Parlamento, de modo a garantir a ordem.

2 - Anti-marxista e anti-socialista

Rejeitava a luta de classes, substituindo-a pela unidade de todos os grupos profissionais em nome do interesse nacional.

3 - Estado Forte e Autoritário, apoiado num «partido único»

Este autoritarismo verificou-se na instauração de um regime de poder personalizado (centrado Presidente do Conselho de Ministros), ditatorial e antiparlamentar.

Salazar legislava através de decretos-lei; dirigia a administração pública e reduziu o poder do Conselho de Ministros (Salazar reunia-se separadamente com cada um dos ministros);

A Assembleia Nacional tinha um papel muito subalterno. Só funcionava durante 3 meses. Limitava-se a discutir as propostas de lei apresentadas pelo Governo. Os ministros não podiam apresentar projectos de lei que envolvessem aumento da despesa ou diminuição da receita do Estado. A eleição dos deputados era feita por sufrágio directo mas, como só existia um partido, era inevitável votar nos candidatos afectos ao regime.

Era um regime de « partido único», a União Nacional, que era de inscrição obrigatória para admissão em certos empregos públicos.

O autoritarismo assentava na imposição de um aparelho repressivo baseado na imposição da censura prévia (na imprensa, rádio, cinema,

televisão, teatro e literatura), na polícia política (PVDE/PIDE) que perseguia, prendia, torturava e assassinava os opositores.

4 - Nacionalista

O Estado Novo definia-se como **nacionalista**, exaltando a Nação. A defesa da Nação passava por:

- exaltação da História pátria e dos seus heróis;
- valorização da história colonial de Portugal;
- exaltação das tradições culturais e artísticas de cada região de Portugal;
- valorização do estilo de vida português, identificado com as populações rurais, modestas, honestas, trabalhadoras, crentes em Deus, submissas e obedientes.

Era um **nacionalismo conservador** que visava corrigir a situação de perturbação modernizante da I República e reintroduzir o país na sua linha histórica tradicional. Não era um nacionalismo de expansão como na Alemanha mas sim de conservação:

Era um nacionalismo que visava a desmobilização política dos cidadãos. Neste aspecto, distinguia-se do fascismo italiano e do nazismo alemão. Ao contrário destes regimes, o Estado Novo não apelava à participação entusiástica das massas (excepto num período inicial), mas sim à sua despolitização. Os cidadãos foram assim afastados da vida política que estava a cargo dos dirigentes da União Nacional.

5 - Conservador

- Defesa de valores e conceitos morais consagrados na tradição como Deus, a Pátria, a Família, a Autoridade, a Hierarquia, a Moralidade e a Austeridade;

- Em oposição ao anti-clericalismo da I República, Salazar protegeu a religião católica que foi definida na Constituição como a religião da Nação portuguesa;

- Defesa da ruralidade, ou seja, do modo de vida rural puro, saudável e pacífico, em oposição à vida urbana, degradada, agitada e contestatária;

- Defesa do papel passivo da mulher a nível social, económico, político e cultural. O mundo da mulher devia ser o mundo do lar e da Igreja. A própria Constituição submetia-a à autoridade do marido;

- Louvou o passado glorioso da Pátria e dos heróis;

- Valorização das produções culturais tradicionais portuguesas (fado, grupos folclóricos, a arte foi orientada no sentido da glorificação da tradição e do passado histórico).

6 - Colonialista

Ao criar o **Acto Colonial**, o Estado Novo estabelecia Portugal como um Estado pluricontinental, considerando as colónias como parte integrante e inalienável do território nacional.

Era um colonialismo não de expansão, mas de preservação colonial. O regime reivindicava a posse dos territórios de além-mar que tinham sido descobertos ou conquistados pelos portugueses no passado. Assim, o colonialismo e o nacionalismo estavam muito ligados, entre si.

7 - Corporativista

Como no Estado de Mussolini, o Estado Novo assumiu a forma de um nacionalismo corporativista, como uma forma de criar uma sociedade colectiva, capaz de agregar vários organismos representativos de toda a Nação: as famílias (células fundamentais da sociedade); as corporações morais (hospitais, asilos ...); as corporações culturais (universidades, agremiações literárias ...); as corporações económicas (sindicatos nacionais, grémios, Casas do Povo) e a Câmara Corporativa (câmara consultiva onde estariam representadas todas as outras).

Foi a Constituição de 1933 que lançou as bases do Estado Corporativo, mais tarde reforçado com o **Estatuto do Trabalho Nacional**, onde se estipulava que os trabalhadores se deveriam organizar em **sindicatos nacionais** e os patrões em **grémios**.

Sindicatos e grémios deveriam negociar, entre si, os contratos colectivos de trabalho, cabendo ao Estado o papel de árbitro que impunha, como regra, a proibição da greve e do lock-out.

Deste modo os diferentes interesses eram conciliados, a bem do interesse supremo da Nação.

Na prática, tal política conduzia à submissão dos mais fracos aos mais fortes. Os trabalhadores, não podendo organizar-se em sindicatos livres, ficavam impedidos de lutar por melhores salários e melhores condições de vida, sendo alvo das arbitrariedades dos patrões.

8 - Dirigista, sob o ponto de vista económico.

Sob o ponto de vista económico, o Estado Novo foi um Estado intervencionista, submetendo a economia aos imperativos políticos do regime.

Numa primeira fase, até à II Grande Guerra, preocupou-se fundamentalmente com a tarefa de promover a estabilidade financeira através de uma política de contenção e austeridade e, com a promoção da agricultura, considerada a mais saudável para a economia e para os espíritos.

Numa segunda fase, depois da Guerra, o regime investiu numa política de obras públicas e de condicionalismo industrial, na sequência das necessidades dos novos tempos.

3 - A Política Económica do Estado Novo - uma economia submetida aos imperativos políticos do regime

Como Estado intervencionista, o Estado Novo interveio na economia, colocando-a ao serviço da ideologia ruralista, conservadora e nacionalista do regime.

Até à II Grande Guerra - Estabilidade financeira e defesa da ruralidade

Neste período, os objectivos da política económica do regime eram: assegurar a estabilidade financeira; promover o desenvolvimento da agricultura; conter o crescimento urbano e o número de operários fabris urbanos.

O regime, adepto da ruralidade, defendia uma política económica essencialmente agrícola, considerando que o desenvolvimento da agricultura era fundamental para o desenvolvimento do país e para resolver os problemas sociais da população.

O atraso e pobreza dos campos levavam a um aumento da emigração que o regime tolerava, sob forma de conter as tensões sociais no campo.

Depois da Guerra - Política de obras públicas e de condicionalismo industrial

Neste período, o regime avança no sentido de uma maior modernização da vida económica com a aplicação do **I Plano de Fomento** (1953-58) cujas prioridades são o desenvolvimento das indústrias pesadas e das infra-estruturas. Assim, desenvolvem-se os seguintes sectores: refinarias de petróleo, siderurgia, electricidade, produção de adubos, celulose, papel, vias de comunicação e transportes.,

O regime avança com uma **política de obras públicas**, revestindo o país com equipamentos necessários aos novos tempos. Dirige esta política de empreendimentos **Duarte Pacheco**, então Ministro das Obras Públicas.

As obras realizadas cobriam várias áreas como: a habitação (bairros para a classe média, bairros sociais para trabalhadores); o ensino (escolas primárias, liceus, escolas técnicas); a saúde (hospitais); a justiça (tribunais e prisões); o desporto (estádios); transportes (estradas, auto-estradas, caminho de ferro, pontes), etc.

Tos estas obras, feitas com a colaboração de arquitectos modernistas tinham a marca identificadora do regime: grandes blocos sólidos e pesados como o próprio regime. Uma arquitectura feita para durar, como o próprio Estado Novo. Uma arquitectura que ligava a modernidade ao tradicionalismo. (Ver o «Modernismo na Arquitectura» em Portugal)

O regime era também proteccionista, não só para enfrentar a concorrência estrangeira, mas também para conseguir o equilíbrio entre as várias forças económicas, pois considerava que a competição excessiva, própria do capitalismo, era prejudicial aos valores supremos da Nação.

Intervinha, assim, a nível económico, protegendo alguns grupos económicos e evitando a competição entre os vários agentes económicos (agricultores, industriais, banqueiros, comerciantes), de modo a que o equilíbrio económico e social não fosse afectado.

Tal política contribuiu para o crescimento de alguns grupos económicos, limitou o crescimento de outros, reduziu a competitividade e a livre iniciativa própria do sistema capitalista e tornou o tecido empresarial pouco ousado e muito dependente do poder central. A indústria, apesar do Plano de Fomento Económico, permaneceu atrasada e o país continuou maioritariamente ligado à agricultura e à pesca tradicionais.

4- A progressiva adopção do modelo fascista italiano nas instituições e no imaginário político do Estado Novo

O Estado Novo inspirou-se no modelo fascista italiano de Mussolini que Salazar adaptou àquilo que considerava ser a mentalidade e os valores tradicionais da Nação portuguesa.

Salazar foi buscar ao fascismo italiano o que lhe parecia mais conveniente para conseguir a unidade da Nação e do Estado:

1. Monopolização da vida política em torno do partido único (União Nacional). Todos os outros partidos foram proibidos. Só a União Nacional fazia campanha eleitoral e só ela concorria às eleições. Também a admissão em certos empregos públicos exigia inscrição obrigatória no partido. Mas, ao contrário do que aconteceu em Itália, em Portugal, não é o partido que toma o poder, mas sim o Governo que forma o partido.

2. Adopção do Corporativismo/ Organização corporativa do trabalho e da sociedade em geral: → o objectivo era integrar os cidadãos em organizações afectas ao regime, procurando impor a conciliação de classes a bem dos interesses da Nação (completar com conceito anterior). Os trabalhadores

eram enquadrados em **sindicatos nacionais** e os patrões em **grêmios**, de modo a promover a colaboração das classes a bem dos interesses superiores do Estado. Também nos seus tempos livres os trabalhadores estavam organizados em organismos afectos ao regime como a **FNAT** (Federação Nacional para a Alegria no Trabalho).

3. Existência de milícias próprias → a **Legião Portuguesa** foi criada, inicialmente, como uma milícia popular paramilitar com o objectivo de lutar contra o comunismo, mas nunca se transformou numa tropa de choque ao serviço do regime. Daí não poder ser comparável, no que respeita à violência, nem às "camisas negras" italianas, nem às S.S. alemães.

4. Culto do chefe → Tal como Mussolini e Hitler, Salazar era visto como um génio, um génio de excepção, o salvador da Pátria.

5. Enquadramento da juventude em organizações afectas ao regime e seu controlo ideológico → controlo da educação e do ensino através da escola e da **Mocidade Portuguesa**. Esta enquadrava toda a juventude escolar, desde a escola primária à universidade. A sua inscrição era obrigatória para os estudantes dos ensinos primário e secundário. Destinava-se a doutrinar ideologicamente a juventude, inculcando-lhe valores nacionalistas e conservadores. Usavam uniformes e adoptaram a saudação romana.

Visava estimular nos jovens valores como a devoção à Pátria, o respeito pela ordem e disciplina e o culto do dever militar. Às raparigas procurava ensinar práticas que pudessem fazer delas boas mães, boas esposas e boas donas de casa.

6. Controle do ensino e da cultura → o ensino e a cultura, que vinculavam os valores ideológicos do regime, eram armas de propaganda e de manipulação das populações.

O **ensino** educava as crianças, desde os bancos da primária, visando transformá-las em futuros cidadãos cumpridores, tementes a Deus, submissos e respeitadores da autoridade.

Na **escola**, a inculcação ideológica manifestava-se com nitidez no controlo dos professores, nos manuals escolares, na imposição do «livro único» e na própria organização física do espaço escolar:

- nas paredes da sala de aula, o crucifixo estava ladeado pelos retratos de Salazar e Américo Tomás;

- a autoridade do professor era reforçada pelo estrado que o elevava acima dos alunos;

- estes, de bata branca (pronta a esconder as diferenças e as individualidades de cada um), assistiam submissos às lições do mestre, também ele limitado pelas imposições ideológicas do regime.

A imagem, imposição e transmissão da autoridade incontestável impunha-se assim, *naturalmente*, na sala de aula:

Deus (não símbolo religioso, mas símbolo de autoridade)



Pátria (identificados por **Salazar e Américo Tomás**)



Professor (em casa o **Pai**, símbolo da autoridade na família)



Alunos (futuros cidadãos)

Dizia Salazar:

«Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século, procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio, não discutimos a família e a sua moral, não discutimos a glória do seu trabalho e o seu dever.»

«Deus», «Pátria», «Autoridade», «Família», «Trabalho», os dogmas do Estado Novo.

Não só o ensino, mas também a **cultura** era manipulada e controlada pelo regime. Tal como na Itália fascista e na Alemanha nazi, havia órgãos oficiais especializados em propagandear as obras e as ideias do regime. Foi criado o **Secretariado da Propaganda Nacional** (S.P.N.) dirigido pelo jornalista António Ferro que tinha aquela função, orientando e disciplinando a cultura, com o apoio da **censura** e de acordo com os interesses do regime. (ver 5. A Política Cultural do Estado Novo)

7. Carácter repressivo do poder → Imposição de um aparelho repressivo que procurava evitar e combater toda a contestação:

→ Imposição da censura prévia (na imprensa, rádio, cinema, televisão, teatro e literatura);

→ Extinção dos partidos políticos, dos sindicatos livres e sociedades secretas (Maçonaria);

→ Fortalecimento da polícia política (PVDE e mais tarde, PIDE) que, apoiada numa vasta rede de informadores, levava a cabo a prisão, tortura

física e psicológica e até assassinio dos opositores. As prisões de Peniche, Aljube e Caxias, bem como o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, foram as principais masmorras do regime.

Mas, apesar do seu autoritarismo, o Estado Novo não foi totalitário. Não procurou a mobilização política constante e permanente dos cidadãos no apoio ao regime como o haviam feito Mussolini e Hitler.

Apesar da propaganda constante nos órgãos de comunicação, o regime apostava sobretudo no afastamento das massas da política, deixando aos seus governantes a tarefa governativa. Deste modo, a população podia viver o seu dia-a-dia sem intervir na actividade política.

Outro factor que funcionou como um travão ao totalitarismo do Estado foi a formação católica de Salazar que tornou o regime mais tolerante, sem os excessos de violência que marcaram a Itália e a Alemanha.

Além disso, Salazar rejeitou todos os excessos militaristas dos regimes italiano e alemão (camisas negras/S.A./S.S.), chegando mesmo a limitar o crescimento de grupos fascistas mais radicais como o grupo de Rolão Preto, os «camisas azuis», adeptos de extremismos militaristas.

5 - A Política Cultural do Estado Novo

O Estado Novo, através do S.P.N., procurou criar uma «*política de espírito*» que educasse as populações, segundo os princípios ideológicos e os valores morais do regime. Este tinha como objectivo aliar a «*ordem na rua*» à «*ordem nos espíritos*». Para tal, o regime recorreu à imprensa, à rádio, ao cinema, ao teatro, à literatura e às artes, domínios a que estendeu a sua acção, controlando-os através da censura e promulgando o seu desenvolvimento, segundo o modelo nacionalista e conservador que defendia. Um modelo ao qual estava alheia a liberdade de criação artística e cultural e qualquer possibilidade de crítica ou contestação.

Nessa linha de actuação, o Estado Novo tomou as seguintes iniciativas:

- 1936-1940 - Entra em acção a Reforma educativa de Carneiro Pacheco:

* reforma do ensino primário;

* adopção do regime do livro único no ensino primário cujas imagens e textos ensinavam os princípios ideológicos do regime (nacionalismo, conservadorismo, ruralidade, religiosidade);

* foi exigido aos professores (a todos os funcionários públicos) a assinatura de uma declaração anti-comunista e de fidelidade ao regime.

- Definição do **Plano de Educação Popular** (1952) que visava combater o analfabetismo. Foram feitos cursos de educação para adultos que ensinavam as populações a ler, ao mesmo tempo que as doutrinavam politicamente. Esses cursos transmitiam informações sobre agricultura e pecuária (populações rurais) e noções de educação familiar, moral, cívica, histórica e corporativa, de acordo com os princípios ideológicos do regime;
- Criação de **bibliotecas** em escolas, Casas do Povo, centros de cultura popular, bem como bibliotecas ambulantes com obras variadas e destinadas à divulgação da leitura, informação e doutrinação das populações;
- Criação do **Fundo do Fundo do Cinema Nacional** que apoiava a criação de filmes que transmitiam a visão nacionalista e conservadora do regime, para além de filmes de carácter declaradamente propagandístico;
- Criação da **FNAT** (Federação Nacional para a Alegria no Trabalho) cuja função era organizar os tempos livres dos trabalhadores com a realização de actividades recreativas variadas e apadrinhadas pelo regime;
- Organização de **exposições** de artes plásticas;
- Apelo aos arquitectos modernistas portugueses para a construção de **obras públicas** que equipariam o país, ao mesmo tempo que seriam a imagem do próprio regime;
- **Restauro** de monumentos antigos;
- Atribuição de **prémios** a artistas (escritores, arquitectos, escultores, pintores, etc.) pelas obras realizadas;
- Comemorações. A mais emblemática foi a **Exposição do Mundo Português**, em 1940 (ver «Modernismo na Arquitectura»).